



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

APÊNDICE DO TERMO DE REFERÊNCIA - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Processo Administrativo nº 5-260028295-0)

CONTRATAÇÃO DE FORNECIMENTO DE CAFÉ E DEMAIS BEBIDAS QUENTES PARA A SEDE DO CREA-SC

1. INTRODUÇÃO

O presente **Estudo Técnico Preliminar (ETP)** documenta a primeira etapa do planejamento da contratação de fornecimento de café e demais bebidas quentes para a Sede do Crea-SC. Elaborado com fundamento no **art. 15 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) do Crea-SC** e no **art. 18 da Lei nº 14.133/2021**, este estudo tem por finalidade caracterizar a necessidade pública a ser atendida e demonstrar a viabilidade da solução identificada como a mais adequada.

Para tanto, este documento aborda a identificação do problema a ser resolvido e a análise de mercado para eleger a melhor solução a ser escolhida, contemplando os elementos de análise previstos na legislação, que servirão de base para a eventual elaboração do Termo de Referência, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

Informações Básicas:

- **Entidade Contratante:** Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina – Crea-SC.
- **Setor requisitante:** Departamento de Administração.
- **Nome do Projeto:** Fornecimento de Café e demais Bebidas Quentes para a Sede do Crea-SC.
- **Tipo de contratação:** Contratação de serviços sem mão de obra exclusiva.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Problema a Ser Resolvido (Necessidade)

O Crea-SC carece de um sistema centralizado, padronizado e eficiente para o fornecimento contínuo de bebidas quentes (café expresso e similares) em sua Sede, destinado a colaboradores, conselheiros, diretores, profissionais e visitantes. A sistemática atualmente adotada, baseada no preparo manual das bebidas, apresenta ausência de padronização — agravada pela elevada rotatividade no corpo de copeiragem do Conselho —, o que gera ineficiências operacionais, aumento de custos indiretos relacionados à aquisição de insumos e à manutenção de múltiplos equipamentos, além de potenciais riscos sanitários decorrentes de manipulação e de higienização inadequadas.

Esse contexto impacta negativamente o bem-estar dos usuários, a produtividade interna e a qualidade do ambiente de trabalho e de atendimento ao público.

2.2. Alinhamento com o Interesse Público e as Finalidades Institucionais

A contratação se alinha ao interesse público ao prover a estrutura de apoio necessária para a execução das atividades finalísticas e administrativas do Crea-SC. O fornecimento de bebidas quentes é um insumo de suporte essencial durante:

- **Reuniões de longa duração**, como as sessões plenárias e as reuniões das Câmaras Especializadas, que demandam um ambiente propício à concentração e ao trabalho contínuo dos conselheiros;
- **Atividades de atendimento ao público**, melhorando a acolhida aos profissionais e cidadãos que buscam os serviços do Conselho;

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

02/04/2026 as 10:48:03 por Murilo Rebello Hoffmann Gerente Administracao, Matricula: 460.

02/04/2026 as 11:07:44 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

- **Eventos institucionais e de capacitação**, que visam ao aprimoramento dos profissionais do sistema Confea/Crea;
- **A rotina de trabalho dos colaboradores**, contribuindo para a manutenção de um ambiente laboral produtivo e adequado.

Conforme entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU), despesas dessa natureza são legítimas quando vinculadas às finalidades da instituição (**Acórdão n.º 1730/2010-Plenário**).

2.3. Resultados e Benefícios Esperados

A implementação da solução contratada visa a alcançar os seguintes resultados:

- **Eficiência operacional**: centralizar a gestão do serviço, otimizando o tempo dos colaboradores, que deixam de se ocupar com a aquisição de insumos e a preparação das bebidas.
- **Qualidade e padronização**: garantir um padrão de qualidade e higiene uniforme, com equipamentos adequados e manutenção especializada.
- **Segurança sanitária**: assegurar a conformidade com as normas sanitárias, mitigando riscos à saúde dos usuários por meio da higienização e manutenção periódicas realizadas pela contratada.
- **Racionalidade de custos**: obter maior controle sobre o consumo e os custos associados, evitando desperdícios e otimizando o uso de recursos públicos. No modelo atualmente adotado — no qual o café é preparado em cafeteiras industriais elétricas, bem como o leite líquido é aquecido, e servidos em garrafas térmicas — mesmo com tentativas recorrentes de ajuste do preparo à estimativa de público, verifica-se desperdício significativo. Observa-se, em média, a perda de aproximadamente 30% do café preparado e 31% do leite aquecido, conforme apuração realizada a partir das sobras remanescentes nas garrafas térmicas ao final dos períodos de consumo.
- **Melhora do ambiente institucional**: promover um ambiente de trabalho e recepção mais confortáveis e acolhedores, refletindo positivamente na imagem institucional do Crea-SC, em razão da melhoria significativa na qualidade das bebidas fornecidas pelo Conselho.

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Com o objetivo de identificar o modelo mais adequado para atender à necessidade do Crea-SC, foi realizado um levantamento de mercado que apontou as seguintes soluções viáveis, em conformidade com o **art. 18, § 1º, V, da Lei nº 14.133/2021**.

3.1. Soluções Identificadas no Mercado

Solução A - terceirização de copeiragem: contratação de serviço de copeiragem com dedicação exclusiva de mão de obra, sendo os insumos (café, leite, açúcar etc.) e equipamentos adquiridos separadamente pelo Crea-SC. Trata-se da solução atualmente adotada pelo Crea-SC.

Solução B - auto preparo pelos usuários: aquisição de equipamentos (cafeteiras domésticas e/ou profissionais) e insumos pelo Crea-SC, disponibilizados para preparo e consumo direto pelos colaboradores e visitantes.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

02/04/2026 as 10:48:03 por Murilo Rebello Hoffmann Gerente Administracao, Matricula: 460.

02/04/2026 as 11:07:44 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

Solução C - locação/comodato de máquinas de autosserviço: contratação de empresa especializada que disponibiliza máquinas automáticas em regime de locação ou comodato, sendo ela responsável pelo fornecimento de insumos, manutenção e higienização.

Solução D - aquisição de máquinas de autosserviço: compra de máquinas automáticas pelo Crea-SC, que também se responsabilizaria pela aquisição contínua de insumos e pela contratação de serviços de manutenção.

3.2. Análise Comparativa das Soluções

A análise a seguir pondera as vantagens e as desvantagens de cada modelo, considerando critérios de custo, eficiência operacional, qualidade e gestão de riscos para a Administração, em linha com o entendimento de que *"a Administração investigue qual o modelo mais adequado e vantajoso a ser adotado para satisfazer as suas necessidades, visando notadamente a eficiência e a economicidade"* (TCE-MG - Estudo Temático sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (setembro de 2025)).

Critério	Solução A (Copeiragem)	Solução B (Auto preparo)	Solução C (Locação/Comodato)	Solução D (Aquisição Máquinas)
Custo Global	Elevado (salários, encargos, insumos, equipamentos).	Moderado (custo inicial de equipamentos e insumos contínuos).	Previsível (custo por dose ou franquia). Mais vantajoso.	Elevado (alto custo inicial de aquisição e manutenção).
Eficiência Operacional	Baixa. Demanda gestão de pessoal, múltiplas aquisições e controle de estoque dos insumos.	Baixa. Gera interrupções no trabalho dos usuários e demanda limpeza constante.	Alta. A contratada centraliza todas as operações (abastecimento, manutenção, higienização). Desperdício de insumos é muito baixo.	Moderada. Exige gestão de insumos e contratação separada de manutenção.
Padronização e Qualidade	Variável. Depende da habilidade do profissional e da qualidade dos insumos adquiridos.	Baixa. Inexistência de padrão de preparo e higiene.	Alta. Qualidade e dosagem padronizadas pela máquina de forma automática.	Alta. Qualidade padronizada, mas dependente da gestão do Crea-SC.
Gestão de Riscos	Alto risco para a Administração (demanda judicial trabalhista, sanitário, gestão de estoque).	Alto risco sanitário e de danos aos equipamentos por mau uso.	Baixo risco. Riscos operacionais e de manutenção transferidos para a contratada.	Alto risco de obsolescência tecnológica e custos de manutenção não previstos.

Conclusão da Análise: a Solução C (Locação/Comodato de Máquinas de Autosserviço) desponta como a mais vantajosa, pois equilibra custo, eficiência e qualidade, ao mesmo tempo em que minimiza os riscos e o ônus administrativo para o Crea-SC.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

02/04/2026 as 10:48:03 por Murilo Rebello Hoffmann Gerente Administracao, Matricula: 460.

02/04/2026 as 11:07:44 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

4. JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

Com base na análise comparativa, opta-se pela contratação da **Solução C - Fornecimento de bebidas quentes por meio de máquinas de autosserviço em regime de locação ou comodato**. A vantajosidade deste modelo foi comprovada na prática por meio de um projeto piloto realizado pelo Crea-SC.

4.1. Resultados do Projeto Piloto (Processo Administrativo nº 5-250112050-9)

Em novembro de 2025, o Crea-SC iniciou a condução de uma contratação experimental, via dispensa de licitação (**art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021**), para testar a aderência e a eficiência do modelo de contratação de máquinas de bebidas quentes em sistema de autosserviço para a Sede do Conselho. Os resultados foram positivos e validaram as vantagens da solução já apontadas, destacando-se:

- **Redução de desperdícios e controle de consumo:** o sistema de preparo sob demanda eliminou praticamente de forma completa o descarte ou desperdícios de sobras de café e dos demais insumos. A dosagem controlada das bebidas e a moagem instantânea garantiram a utilização racional dos insumos e a preservação da qualidade sensorial do produto, alinhando a despesa ao consumo real e promovendo a economicidade.
- **Eficiência operacional e simplificação da gestão:** na contratação piloto, a responsabilidade pelo abastecimento dos insumos das máquinas ficou a cargo dos profissionais de copeiragem terceirizados do Conselho. No modelo ora proposto, a reposição dos insumos passará a ser realizada diariamente pela CONTRATADA. O corpo de copeiragem terceirizado do Crea-SC atuará na reposição dos insumos apenas de forma excepcional e pontual, quando necessário e devidamente autorizado pela CONTRATADA, com o objetivo exclusivo de evitar a interrupção na prestação do serviço.
- **Qualidade e satisfação do usuário:** foi observado elevado grau de satisfação entre colaboradores, conselheiros, diretores, profissionais e visitantes, decorrente da qualidade das bebidas oferecidas, de sua padronização, da eficiência no preparo e da variedade de opções disponibilizadas.

4.2. Vantagens Comprovadas e Benefícios Esperados

A escolha da solução está fundamentada em um conjunto de benefícios que impactam positivamente a eficiência, a economicidade e a qualidade dos serviços de apoio do Crea-SC.

- **Redução de desperdícios e racionalidade de custos:** o sistema de preparo sob demanda, intrínseco às máquinas automáticas de autosserviço, elimina o descarte de sobras de café, um problema crônico do modelo de preparo manual em grande volume. A dosagem precisa e controlada por porção assegura o uso racional dos insumos, alinhando a despesa pública ao consumo efetivo e evitando desperdícios.
- **Eficiência operacional e otimização da rotina administrativa:** a automação do processo de preparo e a transferência da responsabilidade de gestão para a contratada geram ganhos expressivos de eficiência. Conforme o Manual de Compras Baseadas na Relação Custo-benefício, um dos objetivos da aquisição estratégica é *"Estabelecer uma visão integrada entre o planejamento estratégico da instituição e a cadeia de suprimentos, melhorando e potencializando os aspectos de eficiência operacional"* (**Manual de Compras Baseadas na Relação Custo-benefício - MGI - 2025.pdf**). A solução adotada atinge esse objetivo ao:
 - Assegurar o controle automático de temperatura, pressão e dosagem, padronizando a qualidade;
 - Simplificar a higienização por meio de sistemas autolimpantes e componentes removíveis;

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

02/04/2026 as 10:48:03 por Murilo Rebello Hoffmann Gerente Administracao, Matricula: 460.

02/04/2026 as 11:07:44 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

- Liberar a força de trabalho interna de tarefas operacionais (controle de estoque, preparo, limpeza de utensílios), permitindo seu foco nas atividades finalísticas e estratégicas do Conselho.
- **Qualidade, padronização e satisfação do usuário:** a solução garante um padrão de excelência contínuo, independentemente do volume de consumo ou do operador da máquina. Além disso, a capacidade de oferecer um cardápio diversificado (café expresso, longo, cappuccino, chocolate quente etc.) atende às múltiplas preferências dos colaboradores, conselheiros, profissionais e visitantes. Este benefício contribui diretamente para *"o aumento da satisfação dos usuários finais e a maximização da eficiência"* (**Manual de Compras Baseadas na Relação Custo-benefício - MGI.pdf**), promovendo um ambiente institucional mais acolhedor e profissional, sem a necessidade de investir em múltiplos equipamentos.
- **Mitigação de riscos:** o modelo de locação ou comodato transfere à contratada os riscos operacionais, de manutenção (preventiva e corretiva), de abastecimento e de obsolescência tecnológica dos equipamentos, conferindo maior segurança e previsibilidade administrativa e financeira para o Crea-SC.

Diante do exposto, a contratação de máquinas de autosserviço não se justifica apenas pela conveniência, mas por ser uma decisão estratégica alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e qualidade, fundamentada em análise de mercado e validada por experiência prática bem-sucedida no projeto piloto realizado pelo Conselho (**Processo Administrativo nº 5-250112050-9**).

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Com base na solução definida, a contratação deverá atender aos seguintes requisitos mínimos, que serão detalhados no Termo de Referência, em conformidade com o **art. 40, inciso XXII, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021**.

5.1. Requisitos de Negócio e Operacionais

- **Instalação e logística:** os equipamentos deverão ser instalados na Sede do Crea-SC, em locais designados pela fiscalização. A contratada deverá providenciar relocações eventuais dentro da unidade, sem ônus para a Administração.
- **Prazo de implantação:** o início da operação completa do serviço deverá ocorrer em, no máximo, 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do contrato, admitindo-se prorrogação mediante justificativa aceita pela Administração.
- **Continuidade e abastecimento:** o serviço é de natureza continuada e essencial. O abastecimento dos equipamentos deverá ser realizado proativamente, no mínimo uma vez por dia útil, para evitar qualquer indisponibilidade de bebidas. Com o objetivo de prevenir a interrupção do serviço, o Crea-SC poderá, por meio de sua equipe de copeiragem terceirizada — que, conforme será exposto adiante, será mantida com carga horária inferior à atualmente praticada — realizar a reposição das máquinas com os insumos fornecidos pela CONTRATADA, desde que previamente autorizada por esta e mediante a devida orientação e treinamento por ela ministrados.
- **Manutenção e suporte técnico:** a contratada deverá prover manutenção preventiva periódica e manutenção corretiva em até 1 (um) dia útil após o chamado da fiscalização, sem custos adicionais.

5.2. Requisitos Técnicos dos Equipamentos e Insumos

- **Qualidade dos equipamentos:** as máquinas automáticas deverão ser novas ou seminovas (com, no máximo, 30 meses de uso, devidamente comprovados), encontrando-se em perfeito estado de conservação

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

02/04/2026 as 10:48:03 por Murilo Rebello Hoffmann Gerente Administracao, Matricula: 460.

02/04/2026 as 11:07:44 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

e funcionamento. Deverão, ainda, possuir gabinete (suporte) fechado, com chave, em padrão estético harmônico com a máquina, projetado para acondicionar internamente o galão de água mineral de 20 litros e proteger os insumos eventualmente armazenados em seu interior.

- **Funcionalidades mínimas:** os equipamentos devem possuir sistema de autolimpeza programável e capacidade de emitir relatório automático de consumo de doses discriminadas por tipo de bebida.
- **Variedade de bebidas:** deverá ser ofertada uma variedade de, no mínimo, 7 (sete) tipos de bebidas quentes, incluindo café em grãos moídos no ato do preparo. As doses e gramaturas de cada bebida deverão ser padronizadas e informadas à fiscalização.
- **Qualidade dos insumos:** os insumos utilizados (café em grãos, leite em pó e achocolatado em pó) deverão ser de primeira linha, possuir registro nos órgãos sanitários competentes e apresentar rotulagem em conformidade com a legislação vigente. O Termo de Referência especificará os padrões de qualidade e as características nutricionais admissíveis dos insumos. A qualidade será aferida na fase de julgamento da licitação, por meio da apresentação de documentos comprobatórios e de informações nutricionais dos insumos ofertados, conforme o caso, sendo facultado à Administração, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, realizar análise e avaliação da conformidade da proposta mediante homologação de amostras (**Lei nº 14.133/2021, art. 17, § 3º**), inclusive por meio de degustação técnica dos produtos.

5.3. Requisitos de Higiene e Segurança Sanitária

- **Higienização:** a contratada é responsável pela higienização diária rigorosa dos equipamentos, incluindo todas as partes internas e externas. Deverá apresentar um plano de higienização e realizar dedetização periódica.
- **Conformidade sanitária:** os produtos de limpeza utilizados deverão possuir registro na ANVISA, conforme a legislação vigente (**Lei federal nº 6.360, de 1976**). A contratada deverá garantir que todas as operações sigam as normas da vigilância sanitária.

5.4. Requisitos de Gestão e Fiscalização

- **Indicadores de desempenho:** o contrato será gerido por meio de Índices de Mensuração de Resultado (IMR), que avaliarão aspectos como disponibilidade dos equipamentos, tempo de atendimento a chamados, conformidade da higienização e qualidade das bebidas. O não atingimento das metas pactuadas impactará o faturamento mensal da contratada.

5.5. Licença Sanitária (Habilitação Jurídica)

A exigência de apresentação de Licença ou Alvará Sanitário vigente, expedido pelo órgão competente, é requisito indispensável para a segurança da contratação. O objeto licitatório envolve o fornecimento contínuo de gêneros alimentícios (café em grãos, leite em pó e chocolate em pó) para consumo humano direto. Dessa forma, a referida licença comprova que o licitante atende às normas de vigilância sanitária para o armazenamento, manuseio e comercialização de tais produtos, sendo uma medida essencial para mitigar os riscos à saúde dos colaboradores e do público atendido por esta instituição. A exigência se classifica como requisito de habilitação jurídica, pois atesta a regularidade da empresa e sua autorização para operar no ramo do objeto, não se confundindo com a aferição de capacidade técnica.

5.6. Justificativa para Exigência Cumulativa de Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

A exigência de comprovação de regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e Municipal se justifica pela natureza mista e indivisível do objeto contratual. A contratação abrange tanto a prestação de serviços

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

02/04/2026 as 10:48:03 por Murilo Rebello Hoffmann Gerente Administrativo, Matrícula: 460.

02/04/2026 as 11:07:44 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

(locação, instalação e manutenção de equipamentos), cujo fato gerador do tributo correspondente (ISS) é de competência municipal, quanto o fornecimento de mercadorias (insumos), que se caracteriza como operação de circulação de mercadorias, sujeita ao ICMS, de competência estadual/distrital. Portanto, para assegurar a plena adimplência tributária do futuro contratado em todas as operações diretamente vinculadas à execução contratual, a apresentação de ambas as certidões é medida necessária e pertinente ao objeto, em conformidade com o entendimento consolidado dos órgãos de controle sobre a matéria.

5.7. Qualificação Técnica (Experiência Mínima e Quantitativos)

Considerando que se trata de uma contratação de serviço continuado, essencial para o bom funcionamento das rotinas administrativas e para o bem-estar dos colaboradores e demais usuários, faz-se necessário assegurar a contratação de empresa com comprovada experiência e capacidade operacional. Nesse sentido, definem-se os seguintes critérios de qualificação técnico-operacional:

- i. **Experiência mínima de 2 (dois) anos:** justifica-se pela necessidade de garantir que o licitante possua maturidade e vivência na logística complexa que envolve a prestação contínua de serviços similares, incluindo a gestão de fornecimento de insumos, manutenção preventiva e corretiva de equipamentos em múltiplos pontos e atendimento a chamados. O somatório de períodos não sucessivos é admitido para ampliar a competitividade.
- ii. **Quantitativos mínimos de 50%:** a exigência de comprovação de execução de contrato com quantitativos de, no mínimo, 50% das parcelas de maior relevância do objeto (número de máquinas disponibilizadas em comodato ou aluguel e doses servidas) visa a aferir se o licitante possui escala operacional necessária para executar o contrato sem falhas ou interrupções. Esse percentual é razoável, proporcional e está alinhado aos limites estabelecidos no **art. 67, § 2º, da Lei nº 14.133/2021**.

Será admitido o somatório de atestados para a comprovação dos quantitativos, medida que amplia o universo de potenciais licitantes sem comprometer a segurança da contratação.

5.8. Qualificação Econômico-Financeira (Balanço e PL)

A fim de verificar a saúde financeira dos licitantes e mitigar o risco de a futura contratada não possuir robustez econômica para honrar seus compromissos, são estabelecidos os seguintes requisitos:

- i. **Balanço patrimonial dos 2 (dois) últimos exercícios sociais:** em conformidade com a regra estabelecida no **art. 69, I, da Lei nº 14.133/2021**, a exigência dos dois últimos balanços permite uma análise mais completa da situação da empresa, observando não apenas uma "fotografia" de sua condição atual, mas um "filme" que demonstre sua trajetória e estabilidade financeira ao longo do tempo.
- ii. **Patrimônio Líquido Mínimo de 10%:** A exigência de Patrimônio Líquido (PL) mínimo de 10% do valor estimado da contratação (**art. 69, § 4º, da Lei nº 14.133/2021**) é um critério objetivo e eficaz para aferir a capacidade econômica da empresa. O PL representa a riqueza líquida da companhia, seu "lastro", e um valor mínimo demonstra que ela possui capital próprio suficiente para suportar as operações e eventuais adversidades durante a execução contratual. Para conferir razoabilidade e focar na situação mais recente, a aferição do PL será realizada com base nas demonstrações contábeis do último exercício social apresentado.

5.9. Vedação à Participação de Consórcios

Embora o **art. 15 da Lei nº 14.133/2021** estabeleça como regra a permissão para a participação de consórcios, opta-se, neste caso concreto, pela **vedação**, com base nos seguintes fundamentos:

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

02/04/2026 as 10:48:03 por Murilo Rebello Hoffmann Gerente Administracao, Matricula: 460.

02/04/2026 as 11:07:44 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

- I. **Baixa complexidade do objeto:** o objeto, embora de natureza continuada, não apresenta complexidade técnica, operacional ou econômica que justifique a união de duas ou mais empresas para sua execução.
- II. **Ampla competitividade do mercado:** existe no mercado um número significativo de empresas que possuem, individualmente, plena capacidade para executar o objeto em sua totalidade. Assim, a vedação à participação de consórcios não implicará restrição indevida à competitividade do certame.
- III. **Eficiência na gestão contratual:** a gestão e a fiscalização de um contrato celebrado com um único CNPJ são administrativamente mais simples e eficientes para este tipo de serviço, facilitando a comunicação, a eventual aplicação de sanções e a responsabilização por eventuais falhas.

5.10. Vedação à Participação de Cooperativas

A regra geral em licitações é a ampla permissão à participação de cooperativas, em conformidade com o **art. 10 da Lei nº 12.690/2012**, que faculta a prestação de *"qualquer gênero de serviço, operação ou atividade"*. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União, a exemplo do **Acórdão nº 2463/2019-1ª Câmara**, orienta que a vedação não pode ser genérica.

Contudo, a mesma Corte de Contas, por meio da **Súmula TCU nº 281**, estabelece a exceção a essa regra, determinando que *"É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade."*

No presente caso, a natureza do serviço de locação de máquinas com fornecimento de insumos e manutenção constante se enquadra precisamente nesta exceção, pelos seguintes motivos:

- I. **Relação de subordinação e controle operacional:** a execução contratual exigirá que a CONTRATADA siga uma rotina de trabalho definida e fiscalizada diretamente pela Administração, no que tange à rotina de abastecimento, locais de instalação das máquinas, padrões de higiene, qualidade dos produtos e cumprimento de prazos para manutenção corretiva. Esse nível de controle e direcionamento sobre a forma de execução do serviço descaracteriza a autonomia típica do trabalho cooperado, aproximando-se de uma relação de subordinação, o que é vedado pelo **art. 5º da Lei nº 12.690/2012**.
- II. **Risco de intermediação de mão de obra e passivos trabalhistas:** a contratação de cooperativa para este tipo de serviço, onde a fiscalização da Administração é intensa e contínua, cria um elevado risco de que a cooperativa atue como mera intermediadora de mão de obra. Conforme o entendimento do TCU (**Acórdão nº 2260/2017 – 1ª Câmara**), essa situação expõe a Administração a *"relevante prejuízo financeiro (...) advindo de eventuais ações trabalhistas"*, caso a relação entre o cooperado e a Administração seja judicialmente reconhecida como vínculo empregatício.

Dessa forma, a vedação à participação de cooperativas é medida de prudência e de gestão de riscos, visando a resguardar a Administração contra a descaracterização do regime de cooperativismo e a consequente responsabilidade subsidiária por débitos trabalhistas.

5.11. Vedação à Participação de Pessoa Física

A participação de pessoas físicas em licitações é permitida, nos termos da **Instrução Normativa SEGES/ME nº 116/2021**, desde que se caracterizem como *"trabalhador autônomo, sem qualquer vínculo de subordinação para fins de execução do objeto"*. Opta-se pela vedação neste certame, pois a natureza e a escala do objeto contratual são incompatíveis com as premissas de autonomia e com a capacidade operacional de um contratado pessoa física, incluindo o Microempreendedor Individual (MEI).

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

02/04/2026 as 10:48:03 por Murilo Rebello Hoffmann Gerente Administracao, Matricula: 460.

02/04/2026 as 11:07:44 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

- I. **Incompatibilidade com o regime de autonomia:** pelas mesmas razões expostas na vedação às cooperativas, a execução deste contrato exige o cumprimento de rotinas, horários e procedimentos diretamente supervisionados pela Administração. Essa dinâmica é inerentemente incompatível com a autonomia que caracteriza a contratação de uma pessoa física, configurando um vínculo de subordinação vedado pela referida Instrução Normativa.
- II. **Incapacidade operacional e econômico-financeira:** o objeto contratual demanda uma estrutura empresarial robusta, que um profissional autônomo ou MEI dificilmente possui. A execução satisfatória do contrato exige:
- **Capacidade de investimento:** aquisição ou locação de equipamentos de valor relevante e manutenção de um estoque estratégico de insumos para atender às doses estimadas.
 - **Estrutura logística:** capacidade de realizar o abastecimento e a manutenção preventiva e corretiva diariamente.
 - **Capital de giro:** suporte financeiro para arcar com todos os custos operacionais (insumos, pessoal, transporte, impostos) antes de receber os pagamentos da Administração, uma vez a contratação não permitirá o pagamento antecipado pelos serviços.

A contratação de uma pessoa física para um serviço continuado dessa magnitude representaria um risco administrativo inaceitável de falhas na prestação, interrupções no fornecimento e incapacidade de rápida resposta a problemas técnicos, comprometendo a continuidade de um serviço considerado essencial para o ambiente de trabalho.

Portanto, a vedação se justifica para mitigar os riscos de inexecução contratual por falta de capacidade operacional e para evitar a configuração de um vínculo empregatício irregular com a Administração Pública.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Em consonância com a definição do TCU, a qual estabelece que *"Uma solução é o conjunto de todos os elementos (bens, serviços e outros) necessários para, de forma integrada, gerar os resultados que atendam à necessidade que ocasionou a contratação"* (**Manual de Licitações e Contratos: Orientações e Jurisprudência do TCU. 5ª Edição. Página 259**), a presente contratação é estruturada da seguinte forma:

6.1. Componentes da Solução

A solução integra os seguintes elementos para garantir o fornecimento contínuo de bebidas quentes:

- **Bens:** fornecimento, em regime de locação comodato, de máquinas automáticas de bebidas quentes, novas ou seminovas (com até 30 meses de uso), dotadas de gabinete de segurança, sistema de autolimpeza e contadores eletrônicos de consumo.
- **Insumos:** fornecimento integral de todos os insumos necessários (café em grãos, leite em pó e achocolatado em pó), devidamente certificados, e materiais de higienização. O Crea-SC fornecerá apenas a água mineral em galão de 20 L e a energia elétrica.
- **Serviços:** prestação de serviços continuados de instalação, abastecimento proativo, higienização diária, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos.

6.2. Modelo de Execução e Responsabilidades

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

02/04/2026 as 10:48:03 por Murilo Rebello Hoffmann Gerente Administracao, Matricula: 460.

02/04/2026 as 11:07:44 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

A contratação se dará por meio de um serviço integral, no qual a contratada assume a responsabilidade completa pela operação e disponibilidade da solução. O modelo prevê:

- **Gestão centralizada:** a contratada é responsável por toda a cadeia logística, incluindo controle de estoque, abastecimento e manutenção.
- **Nível de serviço:** o atendimento técnico para reparos deverá ocorrer em, no máximo, 1 (um) dia útil. Equipamentos com defeitos de solução complexa deverão ser substituídos imediatamente por outros equivalentes, garantindo a continuidade do serviço.

6.3. Mecanismos de Gestão e Fiscalização

A gestão do contrato será orientada por resultados, com base em:

- **Indicadores de desempenho:** serão estabelecidos Índices de Mensuração de Resultado (IMR) para aferir a disponibilidade dos equipamentos, a qualidade da higienização e o cumprimento dos prazos de manutenção.
- **Instrumentos de controle:** a fiscalização utilizará relatórios de consumo extraídos das máquinas, registros de limpeza e abastecimento e manutenção dos equipamentos para auditar a execução.
- **Pagamento por performance:** o faturamento mensal da contratada estará vinculado ao atingimento das metas estabelecidas nos indicadores, com previsão de glosas proporcionais nos pagamentos em caso de descumprimento.

6.4. Justificativa do Modelo Contratual e Prazo de Vigência

O modelo de locação com serviço integral é o mais vantajoso, pois transfere os riscos operacionais, de manutenção e de obsolescência tecnológica para a contratada, desonerando o Crea-SC de investimentos em ativos e de custos imprevistos com reparos.

O serviço é de natureza contínua. O contrato terá vigência inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, a critério da Administração, até o limite máximo de 10 (dez) anos, nos termos do **art. 106 da Lei nº 14.133/2021**, desde que, a cada prorrogação, seja demonstrada a vantajosidade econômica e técnico-operacional para o Crea-SC.

6.5. Caracterização do Objeto como Serviço Comum

Para fins da Lei nº 14.133/2021, em seu **art. 6º, inciso XIII**, consideram-se serviços comuns aqueles *"cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado"*.

A solução de contratação de máquinas de bebidas quentes, objeto deste estudo, enquadra-se perfeitamente nesta definição. A análise de mercado demonstra que tanto os equipamentos (máquinas automáticas) quanto os insumos (café em grão, leite em pó e achocolatado em pó) e os serviços agregados (instalação, manutenção, higienização e abastecimento) são padronizados e amplamente ofertados por diversos fornecedores.

Os padrões de desempenho e qualidade são facilmente mensuráveis por meio de critérios objetivos, tais como:

- **Equipamentos:** capacidade de produção de doses por hora, variedade de bebidas, temperatura da água, funcionalidades de auto higienização, dimensões e requisitos de consumo elétrico.
- **Insumos:** especificações de tipo (ex: café tipo "Superior"), certificações de qualidade, validade e acondicionamento.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

02/04/2026 as 10:48:03 por Murilo Rebello Hoffmann Gerente Administracao, Matricula: 460.

02/04/2026 as 11:07:44 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

- **Serviços:** prazos para instalação, frequência mínima de abastecimento e higienização, e tempo máximo de resposta para atendimentos de manutenção (Índices de Mensuração de Resultado - IMR).

Dessa forma, por ser uma solução cujas características podem ser plenamente descritas em edital por meio de especificações objetivas, claras e usuais de mercado, o que permite a comparação direta entre as propostas, a contratação é classificada como serviço comum.

Este enquadramento fundamenta a adoção da modalidade Pregão para a futura licitação, em conformidade com o **art. 29 da Lei nº 14.133/2021**, por ser o rito que melhor promove a ampla competição e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração em objetos dessa natureza.

6.6. Vedação à Aquisição de Artigos de Luxo

Em conformidade com o **art. 20 da Lei nº 14.133/2021**, que veda a aquisição de bens e serviços classificados como de luxo, esta Administração declara que o objeto da presente contratação, bem como suas respectivas especificações técnicas, foi definido com base em critérios de qualidade adequada, funcionalidade e estrita necessidade para o cumprimento da finalidade pública.

A análise pormenorizada das especificações, registrada neste Estudo Técnico Preliminar (ETP) que instrui o presente processo, demonstrou que as características exigidas para as máquinas, insumos e serviços associados - tais como padrões mínimos de qualidade das bebidas, desempenho operacional dos equipamentos e condições adequadas de fornecimento e manutenção - não configuram suntuosidade ou ostentação, mas sim requisitos essenciais para a eficiência, a qualidade, a segurança e a adequada prestação do serviço.

Dessa forma, conclui-se que a contratação se encontra em plena conformidade com os princípios da economicidade, da razoabilidade e da moralidade administrativa, não se caracterizando como aquisição de bem ou serviço de luxo.

6.7. Justificativa para a Vedação da Subcontratação

Conforme o **art. 122, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021**, a Administração pode vedar a subcontratação, desde que haja a devida justificativa no processo. A ausência de tal motivação, segundo o Tribunal de Contas da União, "*contraria os princípios da motivação e da transparência*" (**Acórdão 2450/2025 - Plenário, TCU**).

Para a presente contratação, opta-se pela vedação integral da subcontratação, com base nas seguintes razões técnicas e de gestão:

- **Natureza integrada e indivisível do serviço:** a solução contratada é um serviço do tipo "turnkey", no qual a responsabilidade pela perfeita operação da cadeia de valor (fornecimento de insumos, abastecimento, higienização, manutenção preventiva e corretiva) é centralizada em um único prestador. A qualidade do café e dos demais insumos depende tanto do grão quanto da correta regulação e manutenção da máquina. A quebra dessa responsabilidade, permitindo que a manutenção, por exemplo, seja feita por um terceiro, cria riscos operacionais, dificulta a identificação da causa de eventuais falhas e pode comprometer a qualidade e a continuidade do serviço.
- **Garantia da qualidade e responsabilidade única:** a qualificação técnica e a capacidade operacional avaliadas durante o processo licitatório pertencem à empresa licitante. Permitir a subcontratação poderia levar a uma situação em que a execução do serviço, na prática, fosse realizada por uma empresa que não teve suas qualificações aferidas pela Administração, transformando a contratada em uma "*mera intermediação ou administração de contrato*", prática rechaçada pela jurisprudência do TCU (**Acórdão nº**

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

02/04/2026 as 10:48:03 por Murilo Rebello Hoffmann Gerente Administracao, Matricula: 460.

02/04/2026 as 11:07:44 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

14193/2018 - 1ª Câmara). A vedação assegura que o executor do serviço seja, de fato, a empresa que venceu a licitação.

- **Simplificação da gestão e fiscalização contratual:** a centralização da execução em um único CNPJ simplifica drasticamente a gestão e a fiscalização do contrato. O fiscal do contrato terá um único ponto de contato para todas as demandas, desde a solicitação de um insumo até o chamado para um reparo urgente. Isso otimiza a comunicação, agiliza a resolução de problemas e torna a aplicação de eventuais sanções mais clara e direta.

Diante do exposto, a vedação à subcontratação é a medida que melhor resguarda o interesse público, ao mitigar os riscos à execução do contrato e garantir um padrão uniforme de qualidade e um modelo de gestão contratual mais eficiente e seguro.

7. ESTIMATIVA DO VALOR E DE QUANTITATIVO

7.1. Estimativa de Valor

A estimativa do valor da contratação foi apurada em conformidade com o **§ 1º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021** e com o **art. 33 do Regulamento de Implantação da Lei nº 14.133/2021 (RILC) do Crea-SC**. Os valores orçados para a contratação, para um período de 12 (doze) meses, são os seguintes:

ITEM	SUBITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT. (A)	VALOR UNIT. ESTIMADO (B)	VALOR TOTAL ESTIMADO MENSAL (A x B)	VALOR TOTAL ESTIMADO ANUAL (A x B x 12)
1		SERVIÇOS DE MÁQUINAS DE BEBIDAS QUENTES					
	1.1	Locação das máquinas de bebidas quentes	Máquina	4	R\$ 899,00	R\$ 3.596,00	R\$ 43.152,00
	1.2	Fornecimento de doses de bebidas quentes	Dose	15000 *	R\$ 1,45	R\$ 21.750,00	R\$ 261.000,00
		VALOR GLOBAL TOTAL ESTIMADO ANUAL DO ITEM (Soma de 1.1 + 1.2)				R\$ 25.346,00	R\$ 304.152,00

** A quantidade de doses indicada possui caráter meramente estimativo, destinando-se exclusivamente a subsidiar o planejamento e a estimativa orçamentária, não configurando, em qualquer hipótese, obrigação de consumo mínimo por parte do Crea-SC, sendo o pagamento devido exclusivamente em função das doses efetivamente consumidas.*

A metodologia pormenorizada adotada na pesquisa de preços, as fontes consultadas, a análise crítica dos dados e os critérios utilizados para a definição dos valores estimados, que correspondem à mediana da amostra coletada, estão devidamente detalhados no documento "**LEVANTAMENTO DOS QUANTITATIVOS E ORÇAMENTO DA CONTRATAÇÃO**", que constitui documento apartado, devidamente juntado aos autos do processo.

7.2. Justificativa para a Divulgação do Orçamento no Edital

Ainda que o **RILC do Crea-SC, em seu art. 37, inciso 1**, disponha que o valor orçado da contratação deva, em regra, ser sigiloso, a decisão pela sua divulgação na presente contratação é um ato de planejamento estratégico, amparado no **inciso 2** do mesmo dispositivo e devidamente motivado, conforme exige o **art. 24 da Lei nº 14.133/2021**.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

02/04/2026 as 10:48:03 por Murilo Rebello Hoffmann Gerente Administracao, Matricula: 460.

02/04/2026 as 11:07:44 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

No caso concreto, a publicidade do valor estimado revela-se a medida mais adequada para assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, especialmente por se tratar de contratação inédita para o Crea-SC, o que implica natural dificuldade na obtenção de parâmetros de preços consolidados, aliada à limitada expertise do Conselho com esse tipo e modelo de contratação. A pesquisa de mercado realizada, embora tenha observado os ritos formais, resultou em uma cesta de preços com elevada dispersão, evidenciada por coeficiente de variação (CV) superior a 40%, o que confere grau relevante de incerteza ao valor estimado apurado.

Nesse contexto, a divulgação do orçamento estimado configura medida de prudência e de gestão de riscos. Conforme orienta o Tribunal de Contas da União (TCU), *“orçamento sigiloso mal elaborado (preços estimados não refletem os praticados no mercado) [...] pode levar à impossibilidade de os licitantes e entes engajados no controle social questionarem esse orçamento antes do início do certame [...], com consequente licitação fracassada (devido a preços estimados inexequíveis) ou contratação com sobrepreço”* (**Manual de Licitações e Contratos do TCU, 5ª ed., 2024, p. 474**). Assim, a publicidade dos valores de referência permite que os licitantes, detentores do conhecimento prático do mercado, avaliem sua exequibilidade e, se necessário, promovam seu questionamento tempestivo por meio dos instrumentos legais cabíveis, como pedidos de esclarecimento ou de impugnação.

Adicionalmente, a adoção dessa medida encontra respaldo nos princípios da eficiência e da transparência. Em um cenário de incerteza, a publicidade do orçamento estimado contribui para o aumento das chances de êxito do certame, evitando o dispêndio de recursos públicos em procedimento potencialmente fracassado. Ao mesmo tempo, reforça a segurança jurídica dos envolvidos e viabiliza o controle social, em consonância com os objetivos fundamentais das contratações públicas.

Portanto, a decisão pela divulgação do orçamento estimado, longe de ser um ato meramente discricionário, está fundamentada na busca pela contratação mais vantajosa, considerando que, para este objeto e neste mercado, o risco de insucesso do certame supera o benefício potencial da manutenção do sigilo.

7.3. Definição dos Quantitativos

Em atendimento ao princípio da motivação e às orientações dos órgãos de controle, que exigem a devida fundamentação para os volumes contratados (**Acórdão 916/2015-TCU-Plenário**), foram realizados estudos técnicos para definir os quantitativos necessários.

Os quantitativos definidos para a contratação são:

- **Máquinas automáticas de bebidas quentes:** 4 (quatro) unidades.
- **Doses de bebidas quentes (mensal):** 15.000 (quinze mil) doses estimadas.

A memória de cálculo detalhada, que fundamenta esses quantitativos com base em estudos de layout, projeções de consumo por perfil de usuário e dados históricos do projeto piloto, constitui informação de natureza estratégica para esta contratação.

Assim, o detalhamento do estudo de quantitativos consta em documento apartado, devidamente juntado aos autos do processo, a fim de resguardar informações que poderiam influenciar indevidamente a formulação das propostas ou revelar a estratégia de planejamento do órgão. De forma sucinta, a metodologia adotada considerou:

- **Para a quantidade de máquinas:** a análise da planta baixa da Sede do Crea-SC, com vistas à distribuição lógica dos equipamentos para garantir cobertura equânime, acessibilidade e atendimento eficiente a todos os setores e áreas de circulação.
- **Para a quantidade de doses:** a realização de projeção técnica baseada em dados consolidados do projeto piloto, ajustada por fatores como sazonalidade, fluxo médio de colaboradores, conselheiros e público externo.

Importante: conforme já abordado, a quantidade de doses de bebidas quentes servidas é **meramente estimativa** para fins de planejamento e de dotação orçamentária. O pagamento será realizado exclusivamente com

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

02/04/2026 as 10:48:03 por Murilo Rebello Hoffmann Gerente Administracao, Matricula: 460.

02/04/2026 as 11:07:44 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

base nas doses efetivamente consumidas e registradas nos contadores eletrônicos das máquinas, não havendo qualquer obrigação de consumo mínimo por parte do Crea-SC, o que assegura a economicidade e o alinhamento da despesa à necessidade real de consumo.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O NÃO PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Em atendimento ao disposto no **art. 18, § 1º, VIII, da Lei nº 14.133/2021**, e em linha com a jurisprudência do TCU (**Acórdão 1695/2011-TCU-Plenário**), que exige a devida motivação para o não parcelamento, apresenta-se a justificativa para a contratação da solução em lote único.

Embora a regra geral nas licitações públicas seja o parcelamento do objeto para ampliar a competitividade, conforme a **Súmula nº 247 do TCU**, a presente contratação se enquadra nas exceções legais e jurisprudenciais em razão da inviabilidade técnica e da antieconomicidade da divisão. A concentração do objeto, neste caso, é a medida que melhor atende ao interesse público.

8.1. Inviabilidade Técnica - Sistema Único e Integrado

A solução pretendida configura um sistema único e integrado, em que os componentes (equipamentos, insumos, abastecimento, manutenção) são interdependentes para garantir a qualidade, a segurança alimentar e a continuidade do serviço. O parcelamento da contratação (ex: uma empresa para as máquinas, outra para os insumos e uma terceira para a manutenção) acarretaria graves riscos operacionais, como:

- **Conflito de responsabilidade:** dificuldade em atribuir a responsabilidade por falhas, como um defeito no equipamento causado por insumo inadequado ou vice-versa. Conforme ensina André Luiz Freire, a separação de atividades conexas pode levar a litígios para determinar a quem imputar a responsabilidade técnica (**FREIRE, André Luiz. Descrição do objeto. Enciclopédia jurídica da PUC-SP. (2021)**).
- **Incompatibilidade técnica:** risco de aquisição de insumos incompatíveis com os equipamentos fornecidos por outra empresa.
- **Caos operacional:** a coordenação entre múltiplos fornecedores seria complexa e ineficiente, gerando prejuízos à Administração. Conforme o TCU, *"Para o bom funcionamento do serviço como um todo, não é sensata a ideia de fragmentá-lo entre dezenas de contratos desconexos, [...] sem que haja coordenação e supervisão"* (**Acórdão 2907/2012-TCU-Plenário**).

Esses riscos justificam a contratação unificada, nos termos do **art. 40, § 3º, II, da Lei nº 14.133/2021**, que afasta o parcelamento quando *"o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido"*.

8.2. Vantajosidade Econômica e de Gestão

A contratação em lote único também se justifica por razões econômicas e de eficiência administrativa, em conformidade com o **art. 40, § 3º, I, da Lei nº 14.133/2021**, que permite a concentração quando há *"a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação"*. Agrupar o objeto permite:

- **Ganhos de escala:** obtenção de preços mais competitivos ao contratar a solução completa de um único fornecedor.
- **Redução de custos de gestão:** a administração de um único contrato é significativamente mais simples e menos onerosa do que a gestão de múltiplos contratos para um mesmo fim, otimizando o trabalho da equipe de fiscalização.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

02/04/2026 as 10:48:03 por Murilo Rebello Hoffmann Gerente Administracao, Matricula: 460.

02/04/2026 as 11:07:44 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

Diante do exposto, a decisão pelo não parcelamento está robustamente fundamentada na indivisibilidade técnica do objeto e na maior vantagem econômica e gerencial para o Crea-SC, alinhando-se plenamente às exceções previstas na legislação e na jurisprudência.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

A análise da presente solução, em conformidade com o **art. 18, § 1º, XI, da Lei nº 14.133/2021**, identificou a existência de contratações interdependentes e a necessidade de adequações em contratos vigentes, essenciais para garantir a viabilidade e a eficiência da implementação do serviço. Conforme orienta o TCU, essa análise objetiva o *"tratamento integrado das contratações"* (**Manual de Licitações e Contratos: Orientações e Jurisprudência do TCU. 5ª Edição. Página 273**).

9.1. Contratações Interdependentes

Foram identificadas contratações de insumos que se caracterizam como *interdependentes*, pois são *"pré-requisitos para o sucesso da nova solução"* (**Manual de Licitações e Contratos: Orientações e Jurisprudência do TCU. 5ª Edição. Página 273**). A ausência desses itens inviabilizaria a utilização do serviço principal. São elas:

- Aquisição de água mineral (galão de 20L);
- Aquisição de açúcar e adoçante;
- Aquisição de copos descartáveis e mexedores.
- **Providência a ser adotada:** o setor de licitações deverá ser comunicado para garantir que os processos de aquisição desses insumos e descartáveis sejam planejados e executados de forma sincronizada com a presente contratação. É crucial que o fornecimento desses itens esteja assegurado antes ou no momento do início da operação das máquinas de bebidas quentes, a fim de evitar a ociosidade da solução contratada. Os quantitativos anuais desses insumos também deverão ser revisados para se alinharem à nova demanda estimada de consumo de bebidas.

9.2. Adequações em Contratos Vigentes e Medidas Administrativas Correlatas

A implementação da solução automatizada para o fornecimento de bebidas quentes impacta diretamente a demanda por serviços manuais de copeiragem, gerando uma oportunidade de otimização e economicidade.

- **Revisão do contrato de copeiragem:** o contrato de prestação de serviços de copeiragem, que atualmente prevê um posto de 6 (seis) horas diárias, com dois(duas) profissionais alternando os turnos (um no período da manhã e outro no período da tarde), deverá ser revisto. A automação no preparo de café e demais bebidas quentes implicará redução da carga de trabalho, o que justifica o redimensionamento para 1 (um) posto de 8 (oito) horas diárias, com apenas 1 (um[a]) profissional.

O corpo de copeiragem terceirizado do Crea-SC, com o objetivo de evitar a interrupção do serviço de fornecimento de bebidas quentes pelas máquinas, poderá realizar a reposição dos equipamentos com os insumos fornecidos pela CONTRATADA, desde que devidamente autorizado por esta e mediante prévias instruções e treinamento por ela ministrados.

A manutenção do serviço terceirizado de copeiragem justifica-se, ainda que em escala reduzida, a fim de que as demais atividades a ela atribuídas continuem sendo executadas conforme previsto no **Contrato nº 035/2022 (Processo Administrativo nº 5-220123773-6)**, tais como:

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

02/04/2026 as 10:48:03 por Murilo Rebello Hoffmann Gerente Administracao, Matricula: 460.

02/04/2026 as 11:07:44 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

- prestar apoio ao Gabinete e às reuniões, servindo, água mineral, demais bebidas, lanches e utensílios;
 - proceder diariamente à limpeza de todos os equipamentos utilizados na copa, especialmente das cafeteiras, bem como de pratos e talheres;
 - realizar diariamente a limpeza completa da copa, incluindo varrição e higienização do piso com produto adequado;
 - proceder diariamente à coleta do lixo da copa, acondicionando-o em sacos plásticos apropriados e removendo-o para o local indicado pela Administração, quantas vezes se fizer necessário ao longo do dia; e
 - entre outras atividades compatíveis com a função.
- **Justificativa:** Essa medida proposta promove a racionalização dos recursos públicos e o aprimoramento da eficiência administrativa, sem prejuízo do suporte prestado pelo corpo de copeiragem às atividades da Presidência, da Diretoria e às demais demandas pontuais, especialmente por ocasião do recebimento de autoridades.
 - **Providência a ser adotada:** O fiscal do contrato de copeiragem deverá ser notificado para que inicie, em conjunto com o setor administrativo, os trâmites para a celebração de um termo aditivo de supressão quantitativa do objeto, alinhando a vigência da alteração com o início da operação da nova solução.

10. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (PCA)

Em cumprimento ao disposto no **art. 18, § 1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021**, que exige a *"demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual [...] de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração"*, informa-se que a presente contratação consta devidamente registrada nos instrumentos de planejamento deste Conselho.

A inclusão da demanda no PCA demonstra que a contratação foi objeto de análise prévia, estando alinhada às necessidades e prioridades do órgão. Conforme orienta o Tribunal de Contas da União, *"a previsão da contratação no PCA pressupõe o alinhamento do futuro contrato com as prioridades e objetivos organizacionais e a existência dos recursos orçamentários necessários ao pagamento das despesas decorrentes."* (**Manual de Licitações e Contratos: Orientações e Jurisprudência do TCU. 5ª Edição. Página 232**).

Os dados de identificação da demanda nos sistemas de planejamento são os seguintes:

- **Plano de Contratações Anual:** PCA 2026 - 389087, item 119
- **Documento de Formalização da Demanda:** DFD 389087-20/2026
- **Registro no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP):** Id pca PNCP 82511643000164-0-000001/2026

Desta forma, fica evidenciado que a contratação decorre de um processo planejado e estruturado, em plena conformidade com as diretrizes de governança e transparência aplicáveis a este Conselho.

11. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

02/04/2026 as 10:48:03 por Murilo Rebello Hoffmann Gerente Administracao, Matricula: 460.

02/04/2026 as 11:07:44 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

Em conformidade com o **art. 18, § 1º, VII, da Lei nº 14.133/2021**, este tópico demonstra os resultados pretendidos com a contratação, evidenciando sua aderência aos objetivos de economicidade, eficiência e melhor aproveitamento dos recursos públicos.

A decisão pela contratação de um sistema automatizado de fornecimento de bebidas quentes está alinhada ao objetivo primordial do processo licitatório, que é assegurar *"a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto"* (**art. 11, inciso I, da Lei nº 14.133/2021**).

Conforme a doutrina, a análise da vantagem deve, como regra, abranger os custos indiretos e outros fatores ao longo do tempo. A análise isolada do preço inicial é uma exceção que demanda justificativa (**NIEBUHR, Joel de Menezes. Licitação Pública e Contrato Administrativo, 8 ed., Belo Horizonte: Editora Fórum, 2025, p. 829**). Nesse sentido, a presente solução foi avaliada sob a ótica do seu custo-benefício global, e os resultados pretendidos são:

11.1. Em Termos de Economicidade e Melhor Aproveitamento dos Recursos Financeiros

- **Redução de custos indiretos:** eliminação de despesas com a compra fracionada de insumos, com a manutenção de equipamentos próprios e com o desperdício decorrente do preparo manual.
- **Controle orçamentário preciso:** o modelo de pagamento por dose efetivamente consumida elimina custos fixos desnecessários e permite uma previsibilidade orçamentária muito superior.
- **Mitigação de passivos:** redução do risco de gastos não planejados com consertos de equipamentos ou perdas de insumos, centralizando a responsabilidade em um único fornecedor.

11.2. Em Termos de Melhor Aproveitamento dos Recursos Humanos e Materiais

- **Otimização da força de trabalho:** liberação dos colaboradores das tarefas de preparo, abastecimento e limpeza relacionados ao serviço de café, permitindo que foquem em suas atividades finalísticas, o que gera ganho de produtividade.
- **Racionalização dos serviços de apoio:** a automação justifica a revisão do contrato de copeiragem, otimizando postos de trabalho e adequando o serviço à nova realidade operacional, conforme detalhado no **Tópico 9**.
- **Uso eficiente de insumos:** as máquinas automáticas dosam os insumos de forma padronizada, eliminando o desperdício comum no preparo manual e garantindo o máximo aproveitamento dos recursos materiais.

11.3. Em Termos de Eficiência Operacional e Qualidade Institucional

- **Garantia de qualidade e padronização:** assegurar que as bebidas sejam servidas sempre no mesmo padrão de qualidade, sabor e temperatura, melhorando a experiência de colaboradores e visitantes.
- **Disponibilidade contínua do serviço:** oferecer acesso ininterrupto a bebidas quentes durante todo o horário de funcionamento do Conselho, sem depender da disponibilidade de um funcionário para o preparo.
- **Segurança Sanitária:** a centralização da higienização e manutenção em uma empresa especializada garante a aplicação de protocolos profissionais, reduzindo riscos à saúde dos usuários.
- **Melhora do ambiente institucional:** a oferta de um serviço moderno e de qualidade contribui para a satisfação, o conforto e o bem-estar de todos que frequentam a sede, impactando positivamente o clima organizacional e a imagem do Crea-SC.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

02/04/2026 as 10:48:03 por Murilo Rebello Hoffmann Gerente Administracao, Matricula: 460.

02/04/2026 as 11:07:44 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

Em síntese, a contratação representa uma decisão gerencial estratégica que promove um ciclo virtuoso de eficiência, economicidade e qualidade, alinhando a infraestrutura de apoio do Crea-SC às melhores práticas de gestão pública.

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

Em conformidade com o **art. 18, § 1º, X, da Lei nº 14.133/2021**, foram identificadas as seguintes providências a cargo do Crea-SC, essenciais para viabilizar a correta execução do contrato. Conforme o Tribunal de Contas da União, tais medidas são aquelas que *"a Administração precisa tomar para viabilizar a execução contratual"* (**Manual de Licitações e Contratos: Orientações e Jurisprudência do TCU. 5ª Edição. Página 270**).

Embora a responsabilidade pela instalação, abastecimento e manutenção das máquinas seja integral da futura contratada, caberá ao Crea-SC assegurar as seguintes condições prévias:

12.1. Providências de Infraestrutura

- **Definição e preparação dos pontos de instalação:** o Crea-SC deverá, antes do início do contrato, definir e formalmente indicar à contratada os locais exatos para a instalação das 4 (quatro) máquinas, garantindo que o espaço físico seja adequado.
- **Verificação da infraestrutura elétrica:** o setor de manutenção predial deverá verificar a disponibilidade e o pleno funcionamento de pontos de energia elétrica compatíveis nos locais designados para a instalação dos equipamentos, conforme as especificações que serão exigidas no Termo de Referência.

12.2. Providências Administrativas

- **Designação da equipe de fiscalização:** a autoridade competente deverá, antes da assinatura do contrato, designar formalmente, por meio de portaria, o gestor e os fiscais titular e substituto do contrato, em conformidade com o **art. 117 da Lei nº 14.133/2021**. Essa medida é indispensável para garantir o acompanhamento e o recebimento dos serviços desde o primeiro dia de execução.

O cumprimento tempestivo dessas providências assegurará uma transição suave para o novo modelo de serviço, mitigando riscos operacionais e garantindo que a execução contratual se inicie sem embaraços.

13. DESCRIÇÃO DOS POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

Em atendimento ao **art. 18, § 1º, XII, da Lei nº 14.133/2021**, procede-se à análise dos impactos ambientais e das práticas de sustentabilidade relacionadas à presente contratação.

13.1. Análise Geral do Impacto

A contratação para fornecimento de bebidas quentes por meio de máquinas automáticas é uma atividade de baixo impacto ambiental, pois não envolve obras ou atividades potencialmente poluidoras que exijam licenciamento ambiental, nos termos da **Lei nº 6.938/1981**.

Contudo, em linha com o dever do Poder Público de promover o desenvolvimento nacional sustentável, foram identificados os seguintes aspectos que, embora não sejam significativos, demandam a inclusão de critérios e práticas de sustentabilidade no Termo de Referência, conforme orienta o **Decreto nº 7.746/2012**.

13.2. Medidas Mitigadoras e Requisitos de Sustentabilidade

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

02/04/2026 as 10:48:03 por Murilo Rebello Hoffmann Gerente Administracao, Matricula: 460.

02/04/2026 as 11:07:44 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

A fim de mitigar os impactos inerentes à solução e promover a economicidade a longo prazo, serão exigidos os seguintes critérios de sustentabilidade:

- **Gestão de Resíduos Sólidos:** A contratada deverá apresentar um **Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos**, em conformidade com as Normas Brasileiras (NBR) da ABNT. O plano deverá prever a separação e a destinação ambientalmente adequada de todos os resíduos gerados, incluindo as embalagens dos insumos, os resíduos orgânicos (borra de café) e os próprios equipamentos ao final de sua vida útil (logística reversa).
- **Redução de Ruído:** Os equipamentos deverão observar os limites de emissão de ruído estabelecidos na **Resolução CONAMA nº 20/1994** e legislação correlata, a fim de garantir um ambiente de trabalho saudável (Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, p. 144).
- **Uso de Produtos Saneantes Regularizados:** A contratada deverá utilizar, nos processos de higienização das máquinas, produtos de limpeza que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA (Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, p. 144).

Com a adoção dessas medidas, a Administração busca equilibrar as dimensões econômica, social e ambiental da contratação, assegurando que a solução escolhida não apenas atenda à necessidade administrativa, mas o faça da forma mais sustentável possível, em plena consonância com os objetivos da Lei nº 14.133/2021.

14. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO CREA-SC RELACIONADOS COM A CONTRATAÇÃO

- Maximizar a percepção de valor dos usuários e da sociedade em relação aos produtos e serviços do Crea-SC.
- Desburocratizar os processos organizacionais, garantindo produtos e serviços inovadores.
- Assegurar a governança pública organizacional.
- Desenvolver o capital humano com competências voltadas à inovação e ao alcance de resultados.
- Promover o bem-estar das pessoas no ambiente de trabalho através de uma cultura de valorização humana.

15. CONCLUSÃO E DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Expostas e analisadas as informações ao longo deste Estudo Técnico Preliminar, que evidenciaram a necessidade de modernização e otimização do serviço de fornecimento de bebidas quentes na Sede do Crea-SC, conclui-se que a solução de contratação de empresa especializada para a gestão de máquinas automáticas é a que melhor atende aos interesses do Conselho.

A análise demonstrou que a solução proposta é superior às alternativas, pois promove um alinhamento entre **economicidade**, por meio da redução de desperdícios e do pagamento por consumo efetivo; **eficiência operacional**, pela otimização da mão de obra e padronização do serviço; e **qualidade**, ao garantir a disponibilidade contínua de produtos com padrão controlado e segurança sanitária.

Diante do exposto, e em conformidade com o **art. 18, § 1º, da Lei nº 14.133/2021**, que define o ETP como o instrumento para permitir a avaliação da viabilidade da contratação, este estudo atesta e declara a **viabilidade técnica e econômica da contratação** pretendida, por se tratar de solução exequível, vantajosa e alinhada ao planejamento estratégico deste Conselho.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

02/04/2026 as 10:48:03 por Murilo Rebello Hoffmann Gerente Administracao, Matricula: 460.

02/04/2026 as 11:07:44 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

Recomenda-se, portanto, o prosseguimento da fase preparatória, com a elaboração do Termo de Referência e dos demais artefatos necessários à instauração do processo licitatório, com base nos fundamentos, requisitos e condições aqui estabelecidos.

16. AUTORIZAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DO CREA-SC

Com fundamento nas informações, análises e justificativas constantes no presente Estudo Técnico Preliminar, AUTORIZO o prosseguimento do processo de contratação, nos termos da legislação vigente e do Regulamento Interno de Licitações e Contratos do Crea-SC.

Florianópolis/SC, 27 de março de 2026.

Eng. Civ. Seg. Trab. CARLOS ALBERTO KITA XAVIER
Presidente do Crea-SC

MURILO REBELLO HOFFMANN
Gerente do Departamento de Administração do Crea-SC

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

02/04/2026 as 10:48:03 por Murilo Rebello Hoffmann Gerente Administracao, Matricula: 460.

02/04/2026 as 11:07:44 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.